



# Anais da Assembléia

Nº 115

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1981

ANO VII

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 107.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM 88/81 Curitiba, 18 de setembro de 1.981  
Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Município de UMUARAMA, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

MENSAGEM 89/81 Curitiba, 18 de setembro de 1981.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de ajuste, datado de 28 de julho de 1981, ao Convênio SISNIC nº 01/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Se-

cretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho de Desenvolvimento Comercial - CDC, visando estabelecer bases de cooperação técnica e financeira para implantação do Projeto "Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Microempresas Comerciais do Paraná".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

### Ofícios:

Sob o nº 397/81, do Sr. PEDRO SIMÃO ROMERO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, encaminhando cópia xerográfica do Requerimento nº 122/81, de autoria do Vereador REINALDO SOARES DE SOUZA, cujo teor é o seguinte: "MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS JUÍZES DO PARANÁ, apoiando suas reivindicações apresentadas à Associação dos Magistrados do Paraná, denunciando o atrelamento do Poder Judiciário, o excesso de trabalho dos Juizes e a defasagem de vencimentos dos Magistrados do Paraná". — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 01/81, do Sr. ELISEU REIS, Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, o qual encaminha cópia do requerimento de autoria do Vereador ERMÍNIO VENDRUSCOLO, cuja proposição tem o título de "CARTA DE GUAÍRA". Ciente. — Arquite-se.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expediente à Família NOGARI, da Cidade de Ribeirão do Pinhal, neste Estado, externando votos de pesar pelo falecimento do Sr. FELICIANO NOGARI.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado à Família Nogari, da Cidade de Ribeirão do Pinhal, neste Estado, externando votos de pesar pelo falecimento do Sr. FELICIANO NOGARI.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1981.

(a) PALÁCIOS

### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que o Sr. Feliciano Nogari, foi um dos pioneiros na fundação de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.

Com o seu falecimento, Ribeirão do Pinhal perde um batalhador, homem honesto e dedicado à família; ex-Prefeito daquela cidade e eminente político.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. JULIETA V. VASSÃO KALEL.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo

falecimento da Sra. JULIETA V. VASSÃO KALED, ocorrido em Castro dias atrás.

Requer ainda, se aprovado o mesmo, seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Sra. Célia Kaled residente à Rua Romário Martins, 546, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja inserida nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o inteiro teor da CARTA DE GUAÍRA, subscrita pelo digníssimo Vereador ERMÍNIO VENDRUSCOLO, e aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Guaíra, em que é solicitado o atendimento das justas reivindicações da coletividade guairense.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o Plenário, sejam solicitadas ao Presidente da PORTOBRÁS, providências no sentido de que seja valorizada e aproveitada a hidrovía RIO PARANÁ - TIETÊ, com a interseção no Porto de Guaíra com a Ferrovia da Soja, e que seja construído o terminal intermodal rodoferrohidroviário, conforme reivindicações constantes da CARTA DE GUAÍRA, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Guaíra, em anexo.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER após ouvido o Plenário, seja formalizado um apelo ao Sr. Ministro do Planejamento, Professor Antônio Delfim Neto, no sentido de que sejam liberadas as verbas destinadas à ELETROSUL, para o início das obras da Usina de Ilha Grande, do Município de Guaíra, constante da CARTA DE GUAÍRA, aprovada por unanimidade pelos edis guairenses, em anexo.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja formalizado apelo ao Sr. Presidente da República e Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam atendidas as reivindicações legítimas da CARTA DE GUAÍRA, em anexo, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal do citado município, no tocante à construção da FERROVIA DA SOJA.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviada ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, uma cópia da CARTA DE GUAÍRA, solicitando as valiosas intervenções junto aos órgãos ministeriais, para que as reivindicações

formuladas e contidas na Carta de Guaíra, possam ser atendidas Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, Dr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON e ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, Dr. GILBERTO GERALDO GARBI, solicitando a instalação de CANAL REMOTO em Dom Armando Distrito de Medianeira.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, Dr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON e ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, Dr. GILBERTO GERALDO GARBI, solicitando a instalação de Canal Remoto no Distrito de Dom Armando, Município de Medianeira.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação junta-se às reivindicações dos moradores do Distrito de Dom Armando, Município de Medianeira, que há tempo aguardam por este benefício tão importante e necessário ao seu desenvolvimento.

A localidade de Dom Armando reivindica este Canal Remoto por poder contar na atualidade com mais de 25 interessados em formular contrato de ligação telefônica com a Empresa do ramo, em nosso Estado.

Por certo, este número de interessados haverá de aumentar a partir do momento em que a TELEPAR se prontifique a atender a solicitação daquela localidade.

Acreditamos que o Sr. Presidente da TELEPAR não medirá esforços em atender com brevidade a população laboriosa de Dom Armando, pois a reivindicação por nós aqui oficializada, representa a ansiedade daquela comunidade.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando que seja destinado à Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato, de Toledo, mantida pela Fundação Municipal de Ensino Superior, 0,3 do ICM arrecadado no município, no exercício de 1982. Que o valor seja incluído no Orçamento Geral do Estado para o próximo ano.

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Planejamento e da Educação, solicitando que seja destinado à Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato de Toledo, mantida pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo, 0,3 do ICM arrecadado no município, uma vez que o total do retorno perfaz um valor de 523.153.716 (quinhentos e vinte e três milhões, cento e cinquenta e três mil, e setecentos e dezesseis cruzeiros). Que sejam incluídos os 0,3 no Orçamento Geral do Estado, para 1982.

Requer envio de cópia à Faculdade e à Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 109/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de ALTAMIRA, sediado na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de PALMITAL e divisas seguintes:

“Começa na foz do Rio Preto, no Rio Cantu, subindo por este pela sua margem esquerda, até a sua nascente; ali em linha reta e seca, até a nascente do Rio das Ervas; descendo o Rio das Ervas pela sua margem direita, até a sua foz no Rio Piquiri; descendo o Rio Piquiri pela sua margem direita, até alcançar a foz do Rio Cantu; subindo o Rio Cantu pela sua margem esquerda até alcançar a foz do Rio Preto, ponto inicial”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

## JUSTIFICATIVA:

O constante e volumoso crescimento verificado nos últimos anos nessa comunidade, por si só já justifica o pedido, que ora formulamos em nome do laborioso povo altamirense.

Já há alguns anos a população reclama pela emancipação política de sua cidade, que aliás é direito adquirido em face do progresso gerado pelo trabalho de todos aqueles que aportaram nas férteis terras da região e, muito mais, ser independente é anseio de todos os povos que se organizam para promover seu bem-estar.

Formulamos tal pedido baseado em lei que ampara a matéria, mas o fazemos ainda mais, porque conhecemos a localidade e sabemos o quanto sua emancipação haverá de propulsionar ainda mais o seu vertiginoso crescimento. Além da necessidade de promover sua emancipação por questão de direito, sentimos que a distância que separa o distrito da sede, ou seja, aproximadamente 70 km, de estrada sem asfalto vem tolhendo o que poderia ser mais do que já é.

Ora, nós que somos do interior sabemos por experiência própria o quanto uma distância dessa entrava o progresso de uma comunidade, uma vez que sabemos também que tal distância implica, na maioria das vezes em regular conservação, independente da vontade dos administradores.

Uma localidade do porte de Altamira por não ser município e com isso não contar com determinados órgãos indispensáveis ao seu desenvolvimento, sua população vê-se obrigada a deslocar-se até a sede do Município de Palmital o que ocasiona inúmeros e indesejáveis prejuízos. Verifica-se também, que o Município de Palmital, pelo seu exuberante porte, ao perder parte de seu território para o município que se pretende criar, não sentirá prejuízos de nenhuma espécie uma vez que a área desmembrada não chega a um terço do remanescente.

A necessidade de promover a emancipação política dessa localidade já se faz sentir há anos, pois, seu povo, sua gente, assim como todos os homens livres, precisam de condições para gerir o seu próprio destino, uma vez que impiricamente um município já pré-existe ao se formar as suas entidades sociais com regras e estatutos dando a cada uma, condições essenciais de autonomia e subsistência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra a presença no plenário da Casa do Sr. Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Correa Gonçalves, do Município de Iretama.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, primeiro orador inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PMDB promove no plenarinho da Assembléia Legisla-

tiva do Estado do Paraná, nos dias 29 e 30, um debate sobre o desemprego.

Com esta iniciativa o nosso Partido da Oposição pretende, juntamente com os outros Srs. Deputados, de outros Partidos, com assento nesta Assembléia, levantar a dimensão dos efeitos da política recessiva adotada pelo Governo para combater a inflação, pois, a partir de 80, com a adoção de uma política recessiva colocada em prática pelo Governo Federal, trouxe como efeito imediato dessa desaceleração no crescimento de todos os setores da economia nacional, um grave problema que é o desemprego de milhares de paranaenses e milhões de brasileiros.

O PMDB considera urgente a adoção de medidas que venham modificar este quadro e para isso pretende ouvir a posição de empregados de vários setores da economia paranaense, bem como de empregadores, para que, após levantados esses dados, consiga dar uma opinião efetiva, qual o rumo a ser adotado, qual a mudança na política econômica que deve ser colocada em prática, Sr. Presidente.

Portanto, ocupo a tribuna nesta segunda-feira, para reforçar o convite já formalizado a todos os Deputados da Assembléia do Paraná, para que, independentemente de coloração partidária, compareçam amanhã, a partir das 9 horas da manhã, no plenarinho da Assembléia, para prestigiar este evento e conseqüentemente arguir as lideranças que aqui comparecerão, tais como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, Associação das Indústrias da Cidade Industrial de Curitiba, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Sindicato da Construção Civil e outras entidades que foram convocadas e convidadas para este evento.

Era este o registro, Sr. Presidente, para que os Srs. Deputados com assento nesta Casa, compareçam amanhã, e prestigiem esse debate que é de suma importância para os destinos do Paraná e para os destinos da política econômica a ser colocada em prática pelo Governo do Paraná, com a orientação também a ser levada ao Poder Central.

Agradeço, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação, a presença neste plenário, do Deputado Federal Cioni Neto, pelo Paraná.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente tivemos em Brasília a criação do Comitê Nacional para Defesa do Aposentado, que tem como Presidente, o Deputado Jorge Ueked, do Rio Grande do Sul, e como Secretário, o Deputado Maurício Fruet, aqui do Paraná.

Em contato com os Deputados Jorge Ueked e Maurício Fruet, nós estamos iniciando aqui no Paraná, um trabalho para organização dos aposentados, já que não há ou pelo menos não havia até há bem pouco tempo, em todo o País, nenhum organismo para defesa dos aposentados; sempre pessoas que dedicaram vidas inteiras ao trabalho em nosso Estado e em nosso País.

Recentemente, em projeto de lei que está tramitando em Brasília, o Sr. Presidente da República enviava mensagem ao Congresso, na qual o aposentado que volta ao trabalho, perde 75 por cento de seu ganho, numa verdadeira aberração, num verdadeiro acinte àqueles que prestaram seu trabalho para o engrandecimento do País e que, quando ganhando pouco, passando por muitas dificuldades, se vêm na contingência de voltar ao trabalho e na contingência também de perder quase a totalidade de seu ganho.

Mesmo no Estado temos alguns problemas que este Co-

mitê Nacional para a Defesa do Consumidor, Secção do Paraná procurará, ao lado dos aposentados, resolver.

Há pouco, tive em meu gabinete a oportunidade de manter contato com um cidadão aposentado do DER, que recebe mensalmente a importância arredondada de Cr\$ 12.000,00 por uma infelicidade sua, logo após, questão de trinta dias ou no máximo quarenta e cinco dias, foi aprovada uma lei, onde todos os seus contemporâneos de trabalho estão percebendo hoje Cr\$ 4.000,00 a mais; demonstrando que, para cargos iguais, existem remunerações diferentes em nosso Estado.

Vamos acompanhar então, aqui no Paraná, vamos procurar fazer a formação deste Comitê, para a defesa daqueles que nos ajudaram a crescer e que ajudaram a crescer este imenso Brasil, com a formação da Secção Paranaense do Comitê Nacional para a Defesa do Aposentado.

Era isto, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente, esta Presidência consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário reservado à bancada.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O desemprego é o aspecto mais trágico da crise econômica que vive o País. É a forma que conduz os trabalhadores a arcarem com o ônus mais pesado de uma política de recessão adotada pelo Governo para fazer frente à inflação. Hoje, no País, mais de quatro milhões de brasileiras estão à espera de trabalho, o que corresponde a uma taxa de 8 por cento da população economicamente ativa. Estes somam-se aos milhões de subempregados, de semi-marginalizados do sistema produtivo que constituem grande parcela de nossa população.

Onde a fonte destas distorções? Não é possível escondê-la ou disfarçá-la, Senhores. O Governo adotou uma política de redução dos investimentos, de desaceleração da economia, como forma de combater os já graves sintomas de nosso caos econômico. Optou pelo remédio drástico que pode recuperar certo fôlego para o sistema, mas que mata o trabalhador. E mata no sentido real, conduzindo à pauperização, à impossibilidade de sobrevivência. Retira aos brasileiros, o direito ao trabalho, o direito a produzir para sobreviver.

Nunca, em nossa história, tivemos uma taxa tão alta de desemprego no País. Nunca, mesmo nos momentos mais difíceis da vida desta Nação, enfrentamos de forma tão crua a imposição de uma política econômica injusta e que degrada as condições de vida e trabalho. Nunca a desesperança foi tão grande e a vontade de mudar tão acentuada. Porque agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ampla maioria dos brasileiros, inclusive as suas camadas médias, estão viendo o desastre a que nos conduziu o regime na própria carne.

De nada adianta a publicação de informes e dados mistificadores. De nada adianta manipular dados estatísticos e traduzi-los em matérias de análise que desmentem a realidade. Os brasileiros não conseguem acreditar em mentiras porque elas chegaram ao grau do absurdo, tal o contraste com a realidade em que vivemos.

Ontem o Governo divulgou, através da imprensa, seus dados e análise sobre o desemprego no Paraná. Tentava nos fazer que aqui, em nosso Estado, a realidade é diferente do resto do País. O desemprego existe, mas não em níveis assustadores, diz o Governo. E se vale de dados oficiais. O mesmo jornal, em matéria enviada de Brasília, nos informa que a oferta global de emprego foi reduzida no primeiro semestre deste ano, em cinco das dez principais regiões metropolitanas do País. A maior contribuição nessa taxa de desemprego foi o Grande Rio de Janeiro. Logo depois, o Grande Curitiba. São dados oficiais,

fornecidos pelo SINE — Sistema Nacional de Empregos. O mesmo órgão que, através de seu escritório regional, nega o desemprego em Curitiba e no Paraná.

Em que acreditar, Senhores?

Todos sabemos que as estatísticas oficiais do País, hoje são pouco acreditadas por qualquer organismo sério de análise e pesquisa fora do Brasil. Principalmente, depois que se tornou público e reconhecido pelos próprios membros do regime que os dados que dizem respeito à vida e ao trabalho no Brasil são constantemente manipulados para justificar a exploração mais profunda da mão-de-obra.

Se os órgãos oficiais dizem e desdizem sobre a questão, nós do PMDB decidimos ouvir outras vozes. Por isso, vamos reunir nestes dias, os representantes de sindicatos de trabalhadores e as lideranças empresariais para que falem sobre a questão. Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque também os representantes tanto dos trabalhadores quanto dos empresários vêm divulgando seus dados e informações sobre o desemprego e estes contrastam nitidamente com aqueles divulgados pelos órgãos oficiais. Nós, do PMDB, preferimos acreditar naqueles que estão enfrentando a recessão e seu efeito mais trágico, o desemprego, que confiar em interpretações sobre o tema que procura mascarar a falência da atual política econômica.

Vejam, Senhores, que o Paraná registrou no ano que passou a erradicação mais intensa da história de sua cafeicultura, a ponto de se prever que chegará a dezembro, deste ano, com 130 milhões a menos de pés de café. Todos sabem que a cultura do café é responsável por alta utilização de mão-de-obra no Estado. Para onde vão os trabalhadores? Muitos para as novas fronteiras agrícolas do País. Mas grande parcela fica aqui mesmo inchando a periferia das cidades médias e grandes do Estado. Dizer que não há desemprego, mascarar a realidade, esta é uma política que já não cumpre os efeitos esperados pelo Governo. Nós, da Oposição, vamos então aos fatos, ao real, vamos ouvir aqueles que têm condições de nos informar com o interesse de quem está realmente interessado em dar solução real aos problemas que vivemos.

Se de um lado, Senhores, o desemprego, os baixos salários, a alta do custo de vida constituem os problemas reais na vida dos brasileiros, vemos de outro como as condições de crise não afetam aqueles setores que sempre e mais se beneficiaram com a política econômica e financeira do regime. Tome-mos o exemplo do capital financeiro. Na semana passada todos ficamos sabendo que os dez maiores bancos privados do País tiveram um crescimento nos seus lucros muito maior que o da inflação. Do primeiro semestre do ano que passou para o primeiro semestre de 81, os lucros dos dez maiores bancos cresceram 131 por cento, para uma inflação oficial de 117 por cento. O Bamerindus, banco paranaense, teve seus lucros aumentados em 563,5 por cento.

Vejam, Senhores, que ainda vivemos o País em que as desigualdades sociais são as mais gritantes. Em que a expectativa de vida é das mais baixas. Em que a mortalidade infantil bate recordes. Em que a miséria e a degradação são as características de ampla parcela de nosso povo.

A política recessionista, os efeitos grandes de desemprego e achatamento de salários que comporta, vão fazer estes índices saltarem ainda mais. E a solução dos problemas não está na deformação dos índices dos dados sobre o real. Está em adotar medidas que consultem, antes de tudo, aos interesses sociais mais amplos. Está em adotar uma nova política econômica que abandone os interesses do capital monopolista nacional e estrangeiro e passe a ter como objetivo central a elevação da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Estamos defendendo, Senhores, a implantação do seguro desemprego no País. O direito ao trabalho, quando não assegurado, deve ser compensado por um seguro que assegure a continuidade de vida, de subsistência do trabalhador que se

transforma em vítima maior da crise que ele não gerou, para a qual não contribuiu.

Defendemos que ao lado do seguro-desemprego seja estabelecida a estabilidade do trabalhador. Uma conquistada que foi retirada ao trabalhador brasileiro, como uma das primeiras medidas do regime que se instalou no País a partir de 1964.

Convidamos mais uma vez, todos os Srs. Deputados a participar deste encontro, que não diz respeito apenas ao PMDB, mas a todos aqueles que estão dispostos a encontrar soluções reais para nossos problemas. E o mais grave, hoje, Senhores, sem dúvida é o desemprego, se olharmos do ponto de vista de nosso povo.

E este painel de debate sobre o desemprego, que o PMDB realizará a partir de amanhã e também na quarta-feira, aqui em Curitiba, nesta Assembléia, para abordar o desemprego urbano, tem por meta, fixar algumas diretrizes e propostas, buscar uma aproximação dos números desconhecidos sobre o desemprego, porque cada voz oficial, tem uma percentagem. E levaremos este painel no mês de outubro, para Londrina, e lá abordaremos o problema do desemprego urbano e rural. Porque, hoje o Paraná assiste ao desfile dos maus trapilhos bóias-frias que chegam a quase um milhão neste Estado, se esparramando com as famílias nas estradas asfaltadas no último Governo, e que servem para a debandada mais rápida daqueles que foram expulsos, expropriados das suas terras.

E apenas um exemplo marca o desemprego rural do Norte do Paraná. Em Campinas, no Estado de São Paulo, existe uma favela, onde só moram trabalhadores rurais que foram expulsos da lavoura do Norte do Paraná, num total de 82 mil famílias, compondo apenas uma favela; trabalhadores que foram expulsos pela mecanização da lavoura do Norte do Paraná, pela influência da soja, pela sede do programa do álcool, em plantar cana, e cada é miséria, é feudo, é escravidão.

Nós vamos abordar, neste Painel, junto com empresários e com trabalhadores, o problema que é seríssimo do desemprego; o Governo noticiou, há dias, que serão erradicados cerca de 120 mil hectares de café no Norte do Paraná, e que isto vai liberar apenas 12 mil pessoas da mão-de-obra na zona rural.

Ora, como é que um cidadão toca 10 hectares sozinho de uma cultura do café?

São esses dados irreais, que nós vamos tentar aproximar neste painel de amanhã e de quarta-feira, aqui em Curitiba. Porque é comum a gente ouvir a voz oficial, mesmo aqui no Paraná, de alguns secretários, que não há desemprego. O próprio Delfim Neto diz que não há desemprego, que não assusta. Mas o desemprego está aí.

Curitiba está inchando; Londrina já inchou; Londrina tem 32 favelas, hoje.

Então, é o convite que o PMDB faz, para que todos assistam, amanhã, a partir das 9,00 horas, este painel, sobre o desemprego, seus efeitos, suas causas, suas propostas, amanhã, a partir das 9,00 horas, no plenarinho.

Era isto, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PP se deseja fazer uso de seu horário.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que extingue o Distrito Administrativo de Soares, do Município de Rio Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/81, de autoria do Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, que visa dar preferência às partes portadoras de deficiência física, nas repartições de atendimento externo ao público, dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola do Oeste, a fim de consultar a população, visando a criação do Município de Pranchita EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 53/81 (Mens. Govern. n.º 59/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Diamante do Norte e Nova Olímpia, objetivando a execução de obras de controle da erosão nos referidos municípios. Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 55/81 (Mens. Govern. n.º 61/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - CO MEC, visando a execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 60/81 (Mens. Govern. n.º 66/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 90/81), que concede aumento de vencimentos e abono provisório aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão, aos integrantes da polícia Militar do Estado e respectivo pessoal inativo, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 72/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam aumentados em 30% (trinta

por cento) a partir de 1.º de outubro de 1981, a título de antecipação parcial da majoração de vencimentos a ser concedida com início de vigência em 1.º de janeiro de 1982, não se aplicando as disposições deste artigo aos cargos constantes das Tabelas I, II e III do Anexo II, da Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1980.

§ 1.º — Com relação ao cargo de Delegado de Polícia de 1.ª Classe, o percentual de aumento incidirá sobre o vencimento básico fixado no art. 2.º, da Lei Complementar n.º 10, de 24 de dezembro de 1980, aplicando-se-lhe as demais regras nele estabelecidas.

§ 2.º — O percentual de aumento concedido no "caput" deste artigo incidirá sobre o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado, fixado no Art. 2.º, da Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980, aplicando-se-lhe as demais regras nele estabelecidas.

Art. 2.º — O valor unitário do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no Art. 3.º, da Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1980, fica fixado em Cr\$ 4.770,00 (quatro mil, setecentos e setenta cruzeiros).

Art. 4.º — O valor da gratificação de regência de classe, de que trata o Art. 10, da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em Cr\$ 76,00 (setenta e seis cruzeiros).

Art. 5.º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis n.ºs 6.569, de 25 de junho de 1974; 6.593, de 15 de agosto de 1974; 6.641, de 04 de dezembro de 1974; 6.787, de 31 de maio de 1976 e 7.066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em índice percentual igual ao atribuído por esta lei aos vencimentos dos cargos efetivos.

Art. 6.º — Aos funcionários civis e militares, exceto aos ocupantes dos cargos constantes das tabelas I, II e III, do Anexo II, da Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1980, fica concedido um abono provisório a ser pago nos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano, de valor equivalente a 13% (treze por cento) do vencimento ou soldo, limitada a base de cálculo ao máximo de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

§ 1.º — Respeitado o limite de base de cálculo referido neste artigo, para os integrantes da Polícia Militar do Estado, em atividade, o abono será calculado sobre a soma do soldo básico e a gratificação policial militar especial, e, para os funcionários do Quadro Especial da Coordenação da Receita do Estado, calcular-se-á sobre a soma do vencimento básico e a vantagem de que trata o artigo 89, inciso III, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

§ 2.º — O abono de que trata este artigo poderá ser convertido em vencimento ou soldo, no todo ou em parte, para cumprimento do disposto no Art. 78 da Constituição Estadual, no caso de majoração do salário-mínimo, no corrente exercício.

Art. 7.º — Os vencimentos dos cargos de Professor do Quadro Próprio do Magistério, Classe A, nível 1, ficam fixados em Cr\$ 16.930,00 (dezesseis mil, novecentos e trinta cruzeiros), não se lhes aplicando o disposto nos artigos 1.º e 6.º, desta lei.

Art. 8.º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6.212, de 19 de agosto de 1971, incorporadas aos proventos de inativos, fica com seu valor acrescido do mesmo índice percentual atribuído por esta lei ao respectivo provento básico.

Art. 9.º — No sentido de manter a proporcionalidade existente entre os vencimentos das Tabelas I e II, do Anexo II, da Lei n.º 7.424/80, cada vez que ocorrer modificação no valor

do salário-mínimo regional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações necessárias na referida Tabela I.

Parágrafo Único — Por ocasião de modificação do salário-mínimo que ocorrer durante a vigência do abono de que trata o Art. 6.º desta lei, observar-se-á, na aplicação do disposto neste artigo, a regra contida no § 2.º, do art. 6.º.

Art. 10 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$ 5.100.000.000,00 (cinco bilhões e cem milhões de cruzeiros) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive as decorrentes da aplicação desta lei, servindo como recursos à respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1.º, do Art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 11 — Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta lei, são devidos a partir de 1.º de outubro de 1981, ficando revogadas as disposições em contrários.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 72/81

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 55/81, e posteriormente substituída pela Mensagem Governamental n.º 90/81, o Projeto de Lei n.º 72/81, tem por finalidade a concessão de aumento ao funcionalismo público estadual, a partir de 1.º de outubro do corrente ano, na forma que especifica.

Analisando-se a constitucionalidade e a legalidade da matéria, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nos termos constitucionais (Art. 47 - inciso I da Constituição Estadual) é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis desta natureza.

A matéria está devidamente justificada no texto da Mensagem Governamental que a encaminhou à apreciação desta Casa, em substituição ao projeto anteriormente encaminhado pela Mensagem n.º 55/81, de 27/07/81, que visava a concessão de um abono.

Com isso, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação nos termos do anteprojeto de lei encaminhado pela Mensagem n.º 90/81, já que não se encontra qualquer óbice quer legal quer constitucional que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;  
JURANDIR MESSIAS, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 72/81

PARECER

Trata a presente proposição de conceder majoração dos vencimentos ao funcionalismo estadual, em face da substituição da Mensagem original pela Mensagem n.º 90/81.

O objeto da análise desta Comissão consiste no aspecto financeiro do projeto, sobretudo no tocante ao suporte, em termos de recursos, da execução daquilo que pretende.

Efetivamente, a determinação contida no Art. 10, do projeto, demonstra estar a futura lei embasada em providência perfeitamente adequada.

Diante do exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, Presidente,  
DEL CIEL, Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 72/81

PARECER

A Mensagem n.º 90/81, que substitui a de n.º 55/81



propõe a concessão de aumento do valor dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do Estado, na base de trinta por cento, e dá outras providências.

É absolutamente dispensável discurrir sobre a imperiosa necessidade de se repor, nos vencimentos do funcionalismo, aquilo que a impiedosa erosão inflacionária lhes retira.

A rigor, o percentual proposto não representa uma atualização ideal, mas é o máximo suportável pelo comportamento da receita, portanto, trata-se de medida realista.

Dessa forma, esta Comissão acolhe a proposta como providência oportuna e conveniente à administração dos recursos humanos do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1981.

(aa) NELSON BUFFARA, Presidente;  
GABRIEL MANOEL, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo, conceder ao Memorial JK, um auxílio de até Cr\$ ... 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para sua construção em Brasília. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### PROJETO DE LEI N.º 84/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, ao MEMORIAL J.K., um auxílio de até Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para a sua construção.

Art. 2.º — A despesa decorrente da execução desta lei, correrá a conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### JUSTIFICATIVA:

A preservação da memória dos homens que conduziram o País aos seus caminhos mais legítimos de progresso e desenvolvimento, e preocupação crescente.

JUSCELINO KUBISTCHEK com a construção de memorial em Brasília, recebe o reconhecimento do povo brasileiro por sua obra e pelo muito que representou para o povo desta Nação, conduzindo-a com firmeza e segurança.

É justo, que todas as unidades da federação contribuam com alguma parcela na edificação do monumento-homenagem, motivo pelo qual nos vimos na quase obrigação moral de participarmos dessa iniciativa, na forma preconizada por este projeto de lei, que por certo obterá apoio unânime desta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 84/81

##### PARECER

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, este projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a conceder ao MEMORIAL JK, um auxílio de até Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para a sua construção.

A justificativa que acompanha a iniciativa deixa patenteada a preocupação do legislador com a preservação da memória dos grandes vultos nacionais, enfatizando a preservação perene e o reconhecimento dos homens desta unidade da federação para com o grande brasileiro que foi Juscelino Kubistcheck contribuindo para a construção de seu Memorial, recentemente inaugurado.

De outra parte, o Art. 2.º, do Projeto de Lei, embasa a garantia à constitucionalidade da matéria.

Desta forma, inexistindo obstáculo à sua aprovação, emitimos nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;  
BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 84/81

##### PARECER

O nobre Deputado Erondy Silvério autoriza o Poder Executivo a conceder, ao "Memorial J.K.", um auxílio de até seis milhões de cruzeiros, para a sua construção, em Brasília.

Tratando-se de simples preceito autorizatório, certamente o Poder Executivo o cumprirá na hipótese de existir disponibilidade financeira para tanto.

Assim, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1981

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;  
DEL CIEL, Relator.

#### EM DISCUSSÃO.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diz o Projeto de Lei n.º 84/81, de autoria do Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, que:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Memorial JK, um auxílio de até seis milhões de cruzeiros à sua construção.

Art. 2.º — A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sr. Presidente, não pretendemos nos estender muito na discussão porque outros colegas por certo o farão.

Mas, queríamos, neste instante, analisar que o monumento a JK, construído em Brasília, merece de todos nós, ao menos uma reflexão mais profunda.

É óbvio que o Presidente JK, segundo conceitos mais variados, foi um bom presidente brasileiro, pesando-se, é claro os prós e os contras depois de tudo o que passou.

Mas, nós precisamos externar um pensamento próprio, inclusive, que, na realidade, a Nação brasileira assiste, de maneira estarecida e digo até perplexa, ao pedido de perdão mais caro da História do Brasil.

Cassado pela Revolução de 1964, o ex-Presidente Juscelino Kubistcheck viveu tristemente um exílio dentro da sua própria Pátria. E morreu sem presenciar a anistia. Desapareceu do nosso convívio sem ver o horizonte da abertura política.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois do absurdo que a Revolução fez ao cassá-lo, resolvem, na verdade, reabilitá-lo com um grandioso monumento, em Brasília, só que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, às custas do povo brasileiro, do contribuinte, como se o País pudesse se dar ao luxo de fazer despesas desta natureza, nesta quadra da realidade brasileira.

Então, essa posição pessoal que aqui assumimos, como homens da Oposição, pertencentes ao PMDB, é que, na verdade, não temos culpa em cartório, pelo crime que se cometeu contra JK, tornando-o um exilado em seu próprio lar e assassinando-o politicamente. Vendo, por tanto desaparecer, sem uma anistia, tal qual aconteceu com outro ex-Presidente, João Goulart.

Nós não temos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que nos envergonhar no passado recente, e ter que, fisicamente, erguer

monumentos para aplacar a consciência daqueles que de maneira autoritária, violenta e opressora, derrubaram um dos maiores líderes da História deste País.

E também não seríamos nós que procuraríamos canalizar recursos do já minguado bolso do povo brasileiro, para tentar uma redenção perante a História recente, da Pátria.

Não há dúvida que está se tentando um pedido de desculpa, e dos mais caros que conhecemos, não há dúvida, repito. É no momento em que se dispõe o Paraná, de deixar nas mãos do Governo do Estado a possibilidade de, até seis milhões de cruzeiros, participar da construção do Memorial JK, nós entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, temos diversas maneiras de homenagear o ex-Presidente e, algumas sugestões que ocorrem neste instante: se, não seria preferível que, esses seis milhões de cruzeiros, ou até seis milhões de cruzeiros, utilizados na construção de creches neste Estado, levando, a denominação de tais cheches, de, Creches Juscelino Kubitschek?

Não seria uma homenagem muito mais séria, cívica, profunda, e de consciência nacional, usar desses valores e construir escolas, pré-escolares, e dar o nome, a essas entidades, de entidades JK?

Não seria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito mais prático portanto, que nós pudéssemos canalizar esses valores, em obras tempestivas diretamente ligadas à atual realidade brasileira onde os problemas sociais se aguçaram a tal ponto que, a angústia e a intranquilidade convivem hoje em todos os lares brasileiros?

E estas obras, por menores que fossem, levando o nome do ex-Presidente, nós estaríamos tributando efetivamente e dando uma resposta histórica - que ele merece - por ter sido exilado em sua própria Pátria, repito, não por culpa nossa, não, por desejo do povo brasileiro que agora é chamado para contribuir, não, mas, foi assassinado, sim, politicamente, por aqueles que se consideraram donos desta Pátria e que se encastelaram no Poder, na madrugada de 64, querendo ser o tutor de milhões e milhões de brasileiros! E lembro-me bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há poucos dias, enquanto a imprensa divulgava o que acontecia em Minas Gerais para arrecadar fundos em torno de 5 milhões de cruzeiros, lá em Minas, terra do ex-Presidente, nós também víamos, em Brasília, uma missa em homenagem a JK, mas o povo estava cantando a música que fez história, e ligada ao ex-Presidente, a do "Peixe Vivo".

Continua o "Peixe Vivo", jogaram a rede da cassação, em cima dele, fílgaram-no com o anzol da injustiça, mas nós não temos culpa em cartório e não participaremos disso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou um projeto de resolução de um companheiro, na época emedebista, hoje peemedebista, Deputado José Domingos Scarpelini, que procurava designar uma das mais importantes hidrelétricas deste Estado, com o nome de Juscelino Kubitschek. E qual foi a surpresa, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Que, de repente, não mais que de repente, o Governo pretende e consegue retirar a homenagem que o povo do Paraná via, a Assembléia Legislativa do Paraná dera, e passa a tributar com o nome de um outro paranaense, aliás, um outro brasileiro, paranaense dos mais ilustres, mas, de uma hidrelétrica que já merecera a homenagem do povo do Paraná através de um projeto dando-lhe o nome de Hidrelétrica Juscelino Kubitschek.)

Por isso, Sr. Presidente, dadas as condições em que atravessa o Estado do Paraná, problemas dos mais sérios aí no Magistério, que por certo na 4a. feira chegarão às portas do Palácio Iguaçu, e pretendem acampar no Centro Cívico. Estão aí os aposentados, os inativos tentando o restabelecimento de uma justiça que o Paraná está em débito com a categoria. Estão aí os secretários da área econômica de planejamento, a dizer da gravidade da vida econômica do Estado, principalmente a partir de 1983, e como se não bastasse tudo isso, a multiplicidade de

crises que hoje atingem todos os setores da atividade brasileira nós não podemos, neste instante, propor isso que nós entendemos agora, e insisto nisso, que entendemos neste instante, neste momento, efetivamente algo supérfluo.

Muito mais, porque como disse e repito, o dinheiro está se buscando no bolso já vazio do contribuinte do Paraná e do Brasil. Para um memorial JK do povo que não o cassou, mas o enalteceu, de um povo que não o injustiçou, mas o engrandeceu e que se espalhou por todo o País homenagens, dando-lhes nomes de rodovias, de prédios, de estabelecimentos, de entidades e de tantas outras obras, mas que quem cassou foi a Revolução de 64 e os homens que lhe davam sustentação.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que diremos nós, membros da Casa de Leis do Paraná, aos professores, o que diremos neste instante, aos inativos, Sr. Presidente?

O que diremos nós ao funcionalismo público? Ao trabalhador, ao assalariado que vive o espectro da fome, quando nós nos predispomos a aprovar seis milhões de cruzeiros a um monumento de um extraordinário brasileiro, mas não me canso de repetir, que o povo jamais o denegriu.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito mais poderíamos aqui trazer, falar, mas sei que outros companheiros o farão. E fico nessa, Sr. Presidente.

Nós votaremos contra. Não contra JK, não. Não contra homenagens como esta que a própria Assembléia já prestou dando título de uma das principais hidrelétricas, com a denominação de Juscelino Kubitschek. A nossa posição é contra de um lado, por considerarmos supérfluo nesse instante, no atual momento da realidade brasileira, pela escassez, pela dificuldade, pelas extremas condições de precariedade da vida da sociedade brasileira e de outro, porque trata-se do pedido de desculpa mais caro da história desse País e o povo brasileiro não tem que pedir desculpa a JK. Sempre o admirou e nós do PMDB não queremos participar de um pedido de perdão de um ato criminoso que nós não cometemos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós participamos da Comissão de Constituição e Justiça e tivemos oportunidade de dar o nosso voto naquela Comissão, no projeto de autoria do Deputado Erondy Silvério, e nos pronunciamos com o Deputado Tolentino e Deputado Renato Bernardi, que nos fazíamos presentes, contrariamente à proposição sob o aspecto constitucional, tendo em vista que a iniciativa da mesma seria, no nosso entender, de competência privativa do Poder Executivo.

Partindo deste princípio constitucional, votamos contra a proposição e também, nesta oportunidade, vamos manter o nosso ponto de vista; porque entendemos que esta Casa não pode, como tem sido praxe mesmo, legislar neste sentido porque, obviamente, o Governador terá que cumprir a sua obrigação constitucional também, vetando pelo princípio de que a ele caberia a iniciativa da matéria.

Por isto votamos contrariamente à matéria. Como já muito bem disse o Deputado Nelson Friedrich, trata-se de uma doação que se pretende fazer pelo Estado do Paraná, num momento difícil da conjuntura não só deste Estado mas da conjuntura nacional.

Acho que é uma aplicação perdulária do dinheiro público, porque honrarias que pudessem ser feitas à memória



de Juscelino Kubitschek, estas deveriam ter sido feitas ainda em vida. Quando foi em vida tripudiado, sobre JK. Se bem que a obra está sendo encaminhada por iniciativa de sua própria esposa. Mas acontece que, atrás disto, existem outras manifestações para pagar o crime que se cometeu contra o Presidente Kubitschek e contra a sociedade civil, retirando o mandato político que lhe foi outorgado por brasileiros, para representá-los no Senado da República, ao mesmo tempo assassinando a sua vida de homem público.

Portanto, Sr. Presidente, quando vemos que aqui no Paraná muitas obras de caráter filantrópico, de caráter social, obras carentes de recursos, estão aí paralisadas, creches que estão sem poder atender as suas finalidades, quando vemos toda esta situação caótica, carência de recursos, miséria, favelas por aí, e mesmo esta frieza com que se concedem estes aumentos tímidos ao funcionalismo público, contando os tostões dos cofres públicos para atender as reivindicações mais sentidas da classe, então neste momento acho que não ficaria bem para nós, que temos a responsabilidade de defender os interesses do povo, aprovarmos a doação de um auxílio desta importância, se bem que no projeto esteja dito até seis milhões...

Mas não podemos, inclusive não poderíamos legislar, com esta frouxura, dando ao Governador a faculdade de dizer o quanto que ele iria conceder. É evidente que ele iria dar os seis milhões, e poderia dar.

Portanto, Sr. Presidente, com o devido respeito ao Deputado Erondy Silvério, quero dar aqui o meu posicionamento contrário à matéria porque temos, aqui no Paraná, muitas necessidades. Estes seis milhões de cruzeiros poderiam muito bem servir para atender outros setores de nossa sociedade paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em discussão o projeto. Em votação. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Solicito a Vossa Excelência que registre na ata dos trabalhos na votação deste projeto de que o voto das oposições foi contrariamente à aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está deferido. Está aprovado o projeto.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 85/81), que fixa critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplina a incorporação de vantagens a proventos de inatividade, e dá outras providências que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### PROJETO DE LEI N.º 94/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, na forma desta lei, a revisão de proventos de inatividade dos funcionários aposentados.

Art. 2.º — O funcionário aposentado em cargo de carreira que posteriormente tenha sido reestruturada terá seus proventos revistos com base no vencimento correspondente ao nível básico inicial da estrutura de carreira vigente em 1.º de janeiro de 1982.

§ 1.º — Se a reestruturação tiver ocorrido com elevação da jornada de trabalho para quarenta (40) horas semanais, a revisão dos proventos de inatividade far-se-á proporcionalmente à jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, asseguradas as vantagens especificadas no ato de aposentadoria

§ 2.º — Em qualquer caso, quando tenha havido incorporação de vantagens ao vencimento básico dos funcionários em atividade, deverão ser compensadas as mesmas vantagens, ficando vedada a percepção de vantagem calculada sobre igual vantagem incorporada ao vencimento.

Art. 3.º — Nos casos em que as denominações dos cargos tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações.

Art. 4.º — O funcionário aposentado com proventos calculados sobre vencimento de cargo em comissão que posteriormente tenha passado a integrar a simbologia Direção e Assessoramento Superior (DAS), terá seus proventos revistos de acordo com o vencimento do símbolo DAS-5.

Art. 5.º — Fica resguardada ao funcionário já aposentado a melhor retribuição, entre a decorrente desta lei ou a da aplicação do art. 15, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 6.º — O funcionário aposentado ou que vier a se aposentar compulsoriamente ou por invalidez, beneficiado na atividade pela gratificação de que tratam as Leis n.ºs 6.569, de 25 de junho de 1974 e 6.593, de 15 de agosto de 1974, terá a referida gratificação incorporada a seus proventos, pelo seu valor integral.

Art. 7.º — Os benefícios decorrentes dos artigos 4.º e 6.º, para os funcionários já aposentados, vigorarão a partir da data em que o requererem com base nesta lei.

Art. 8.º — Os vencimentos dos cargos de Professor, da Parte Suplementar do Quadro Único do Poder Executivo, a que se referem os incisos do art. 34, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passam a ser fixados na forma seguinte:

I — Os dos incisos I e II, em valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento de Professor PA-1.

II — Os dos incisos III e IV, em valor correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento do Professor PA-1.

Art. 9.º — Ressalvado o disposto no artigo 7.º, os efeitos financeiros decorrentes da aplicação do disposto nesta lei serão devidos a partir do dia 1.º de janeiro de 1982.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário  
a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 94/81

Oriundo de Mensagem Governamental o presente projeto de lei tem por objetivo fixar critérios especiais, conforme especifica, visando rever os proventos do funcionalismo inativo do Estado do Paraná.

Analisando-se o aspecto contitucional e legal da matéria a que é chamada a opinar esta Comissão de Justiça, temos que nos termos constitucionais tal iniciativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo (inciso I, Art. 47 da Const. Estadual).

A proposição ora em exame, está devidamente justificada conforme a minuciosa exposição de motivos do Senhor Governador do Estado, através de Mensagem que a encaminha à apreciação desta Casa.

Assim sendo, o Projeto nos termos constitucionais está devidamente amparado, podendo normalmente tramitar por esta Casa, deixando-se a análise do seu mérito para as demais Comissões que por certo a apreciarão.

Com isso o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

# COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 94/81

O Poder Executivo submete a este Poder proposta de lei com o objetivo de fixar critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplinar a incorporação de vantagens e proventos de inatividade, e outras providências correlatas.

A medida, uma vez que dispõe sobre regime de aposentadoria de servidores públicos, tem repercussões financeiras.

No entanto, o comportamento das finanças públicas estaduais se apresenta de molde a suportar os encargos decorrentes da Lei.

Por esta razão, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1981.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente  
GABRIEL MANOEL – Relator

# COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 94/81

O projeto de lei em apreço objetiva fixar critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplina a incorporação de vantagens a proventos de inatividade, e dá outras providências.

A exposição de motivos contida ao longo do texto da Mensagem Governamental expõe a situação dos inativos que, nos últimos dez anos obtiveram apenas os reajustes normais de vencimentos, enquanto os servidores em atividade foram obtendo vantagens e melhorias decorrentes de reestruturações parciais ou gerais.

Essa particularidade explica a defasagem em termos de remuneração hoje existente entre as duas categorias de funcionário.

Dessa forma, um elenco de medidas de alto alcance técnico e de operacionalidade dinâmica se contém no Projeto, a fim de garantir aos inativos do Estado, uma situação financeira digna de uma verdadeira aposentadoria.

Pelo exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1981.

aa) NELSON BUFFARA – Presidente  
GABRIEL MANOEL – Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 105/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 91/81), que majora os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

# PROJETO DE LEI N.º 105/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º – Os vencimentos dos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, constantes, respectivamente, das Tabelas I, II e III, do Anexo II, da Lei n.º 7398, de 25 de novembro de 1980, ficam aumentados em 30% (trinta por cento) a partir de 1.º de outubro de 1981, a título de antecipação parcial da majoração de vencimentos a ser concedida com início de vigência em 1.º de janeiro de 1982.

Art. 2.º – Revogam-se as disposições em contrário.

a) PODER EXECUTIVO

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/81

O presente Projeto de Lei n.º 105/81, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade majorar os vencimentos dos membros da Magistratura, Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, a par-

tir de 1.º de outubro, nas bases que especifica.

A constitucionalidade e a legalidade da matéria estão definidas no Art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, quando estabelece a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo para a iniciativa do processo Legislativo.

A justificativa da medida proposta está definida nos termos da Mensagem Governamental que a encaminhou à apreciação desta Casa e que terá por escopo atribuir os mesmos percentuais atribuídos ao funcionalismo público em geral do Estado do Paraná.

Nestas condições a matéria se encontra nos termos legais e constitucionais em situação de tramitar normalmente por esta Casa, opinando-se assim pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente  
JURANDIR MESSIAS – Relator

# COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/81

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 91/81, de 23.09.81, o presente projeto de lei objetiva majorar os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas.

Regimentalmente, o enfoque desta Comissão recai sobre o conteúdo financeiro da propositura, nos seus suportes e repercussões sobre as disponibilidades do erário.

É evidente que, no quadro das despesas públicas, reserva-se prioridade absoluta ao atendimento dos compromissos relativos ao pessoal. Esta constitui, sem dúvida, uma preocupação de elevado teor social e humano e se insere na consciência de todas as autoridades dos países civilizados.

De conseguinte, uma iniciativa dessa natureza, partida do Executivo, estará seguramente alicerçada em reais possibilidades financeiras.

Assim, o parecer desta Comissão é no sentido da aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1981.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente  
DEL CIEL – Relator

# COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/81

A Mensagem n.º 91/81, do Governo do Estado, propõe a majoração em 30% (trinta por cento) dos vencimentos dos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, a partir de 1.º de outubro próximo.

Tanto quanto ao funcionalismo em geral, a concessão de idêntico percentual sobre os vencimentos dos integrantes das carreiras acima enumeradas, reveste-se da maior oportunidade.

Os efeitos da alta taxa inflacionária sobre a remuneração dos abnegados servidores serão, assim minoradas pelo menos em parte.

Entendemos que o projeto é realista e consulta os interesses da administração e dos beneficiários, razão pela qual o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1981.

aa) NELSON BUFFARA – Presidente  
GABRIEL MANOEL – Relator

– Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH – (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, a Bancada do PMDB, já que se trata de 1.ª discussão, tanto deste Projeto de Lei n.º 105/81, como o anterior, que já votamos, 94/81, que fixa critérios especiais, com vistas à revisão dos proventos dos funcionários inativos do Estado

votaremos nesta 1.<sup>a</sup> discussão, quanto à Constitucionalidade favoravelmente. Reservando-nos, portanto o direito, de, na quarta-feira, quando se discutirá o mérito, já que amanhã teremos uma Sessão Solene Especial, de entrega de Título de Cidadania Honorária, iremos adentrar profundamente a questão dos inativos. E por esta razão hoje, quanto à constitucionalidade votamos favoravelmente, repito, reservando de voltar ao assunto, com mais profundidade quanto ao mérito, quanto à causa tão justa dos inativos, na próxima quarta-feira.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

1) SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o Projeto de Lei n.º 105/81. — Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Feliciano Nogari, ocorrido na cidade de Ribeirão do Pinhal, neste Estado. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Julieta V. Vassão Kaled, ocorrido em Castro. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o inteiro teor da "Carta de Guaíra", subscrita pelo Digníssimo Vereador Ermínio Vendruscolo, e aprovada por

unanimidade pela Câmara Municipal de Guaíra, em que é solicitado o atendimento das justas reivindicações da coletividade guairense. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

17 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 42 e 43/81.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 72, 84, 94 e 105/81.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 44, 45 e 46/81.

Marcando ainda, uma Sessão Solene para amanhã, dia 29, terça-feira, às 15:00 horas, destinada a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná a Felipe Tiago Gomes.

Levanta-se a Sessão